

CARDOSO, FERNANDO HENRIQUE. O MODELO  
POLÍTICO BRASILEIRO E OUTROS ENSAIOS. 5ª  
EDIÇÃO. R.J.: DIFEL, 1993.

Katia Aparecida BAPTISTA

*Doutora em Sociologia pela FCLAr UNESP. E-mail:  
katiab350@yahoo.com.br*

Afirmar que o conflito intelectual fundamental entre determinada geração de intelectuais nos anos 1970 era a idéia de superação do Autoritarismo por meio da transição democrática a um Estado representativo e de direito, nos conduz a refletir sobre as bases que deram combustível à interpretação da realidade brasileira durante o regime militar e, simultaneamente, ao pensamento social e político brasileiro.

Com isso, ao se traçar um balanço teórico sobre as Ciências Sociais nesse período, o nome de Fernando Henrique Cardoso surge como elemento primordial no entendimento do que representou os esforços analíticos para uma nova interpretação do Brasil, que procurava aproximar as reflexões teóricas da conjuntura política. É nesse cenário que situamos o livro de Cardoso: *O Modelo Político Brasileiro e outros ensaios* (1972) que, por sua vez, se insere num amplo debate sobre o Estado autoritário e a democracia como estratégia de superação do mesmo, assinalando a possibilidade histórica de uma alternativa política para grande parte dos países dependentes da América Latina, especificamente para o Brasil. Esta obra encerra uma coleção de ensaios e artigos escritos, entre 1971 e 1972, parte deles publicados pelo autor na revista Estudos CEBRAP, já que na época Cardoso era integrante e sócio-fundador do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP). Todavia, já em seu prefácio o autor lembra que a maior parte desses artigos foi escrita para o público estrangeiro, porém trazendo à tona fatos e problemas que se esboçam na discussão intelectual no Brasil.

O livro de Cardoso tem como ponto de partida o exame a respeito primeiro dos problemas políticos, que o remete, por exemplo, à análise sobre o caráter do golpe, que se desdobra num estudo que procura qualificar o Estado autoritário e sua estrutura, a fim de apontar o comportamento dos atores no jogo do poder, mediante seus interesses particulares e de classe; e, segundo, acerca da questão metodológica, no que diz respeito às pesquisas sobre os países dependentes, procurando focar não somente o processo político, como também econômico. Ao longo de seus ensaios o autor busca demonstrar a autonomia dos processos políticos em relação aos condicionantes econômicos, propondo uma análise das conjunturas políticas a fim de se compreender como são feitas as escolhas dos grupos sociais.

Cardoso irá pautar-se na crítica aos trabalhos de outros autores para desenvolver sua discussão teórico-metodológica e, então, caminhar para a questão da prática política. O autor tem como propósito a construção de uma análise que recobre os diversos interesses que dão contornos à forma em que o capitalismo se desenvolve em situações concretas de dependência, onde se encontram as mediações políticas e sociais que compreendem, respectivamente, o Estado e as classes sociais, ambos com suas peculiaridades históricas.

No que se refere à questão metodológica e, por conseguinte, às relações historicamente constituídas, o autor apresenta em um de seus artigos, intitulado: *Althusserianismo ou marxismo: a propósito do conceito de classes em Poulantzas*, uma crítica ao althusserianismo de Poulantzas. Nesse ponto, vale lembrar que a crítica de Cardoso à Poulantzas reflete, conforme Lahuerta (1999): “Uma postura intelectual que mesmo entre os cientistas sociais da USP era marca recorrente, pautada que estava pela pretensão de ‘corrigir’ as deficiências teóricas vigentes e de dar ‘aula de dialética’”.

Ao se realizar uma breve digressão sobre este artigo, observa-se a presença de elementos que auxiliam na compreensão do que constitui a relação dialética na análise de Cardoso, bem como sua posição ao afirmar que não é possível desenvolvermos uma teoria da dependência, mas simplesmente análises de situações concretas de dependência. Assim, ao criticar o ponto de partida da compreensão do marxismo aceito por Poulantzas, Cardoso argumenta que o autor recai na dificuldade metodológica de marxistas que, como Althusser, procurou diferenciar o materialismo histórico do dialético. A crítica mais geral se refere à distinção acatada por Poulantzas, entre “objeto de pensamento e “objeto real”, que fundamenta a distinção althusseriana entre “prática teórica”,

em que de um lado temos a teoria e de outro o processo real. Entretanto, um dos objetivos de Marx foi recusar todo tipo de separação entre teorias gerais e instâncias particulares e o isolamento das instâncias particulares entre si, bem como a separação metafísica entre teoria e prática social ou entre sujeito e objeto, o que conduziria a um idealismo ingênuo. O marxismo, como se sabe, volta-se para a reconstrução de “totalidades concretas”. Daí se falar com maior precisão em análises de situações concretas de dependência, em contraposição à vigência de uma teoria da dependência.

Contudo, à parte a crítica metodológica, de um modo geral as análises de Cardoso, sobre os processos políticos tiveram grande impacto sobre a geração de intelectuais dos anos 1970. Nesse sentido, durante os anos em que o Regime Militar imperou, Cardoso fará uma decomposição do autoritarismo, apontando como meio de superação deste a alternativa democrática.

Cardoso, afirmaria que a intervenção militar no Brasil, em 1964, teve o caráter de um “movimento de contenção” sobre a economia, com conseqüências políticas e sociais. Cardoso apontava as diversas dimensões do debate, traçado por determinados intelectuais, sobre a presença da ditadura militar no Brasil mencionando, de um lado, a hipótese do caráter fascista do regime e, de outro, da crença numa rápida instauração da democracia. Tais dimensões derivariam não só de “opções políticas definidas”, mas também “da dificuldade em conceituar processos sociais de tipo novo”.

Do ponto de vista de Cardoso, o autoritarismo se legitimaria por meio de estilos de desenvolvimento que: propugnam o crescimento econômico acelerado, geram a concentração de renda e, ainda, cerceiam a participação por medo da pressão popular e da conseqüente revolta das massas. Os grupos empresariais passam a ter participação corporativa sendo beneficiários ‘automáticos’ do crescimento econômico que não os transforma em sujeito do cenário político-estatal. No novo arranjo do cenário nacional determinados setores ganham expressão como, por exemplo, os setores das Forças Armadas e da tecnocracia que, até então, por serem antipopulistas estavam excluídos do sistema, mas devido às afinidades ideológicas com o Estado autoritário assumem papéis importantes: no plano social, como força repressiva e no plano administrativo, como modernizadoras.

No que se refere à dinâmica política dos Regimes burocrático-autoritários, de acordo com Cardoso, esta dependeria do conflito interno entre as classes e os grupos de poder, uma vez que no Brasil não se formou uma elite política

de base popular. Em contrapartida, o que restou foi uma elite de poder que não se abre institucionalmente para formas de decisão política, que ao propor metas sociais não procura ativar politicamente a sociedade. Tudo isso com o propósito de evitar a formação de opinião pública e, então, tornar-se possível um sufocamento da mobilização popular organizada. Constata-se, assim, a existência de uma conjuntura que se mantém apoiada num forte autoritarismo.

Nesse ínterim, verifica-se ainda um processo limitado de “revolução econômica burguesa”, pois apesar de inserir a economia nacional nos quadros econômicos mundiais e modernizar a máquina estatal, a burguesia local nas condições de dependência, conforme Cardoso, não fora capaz de realizar uma Revolução Socialista por estar limitada por um processo objetivo: carência de tecnologia própria, levando ao uso de tecnologias importadas.

Vislumbra-se, então, o nascimento de uma base econômica que terá como conseqüência um novo acordo político entre as classes, mas sem eliminar, evidentemente, os conflitos entre os grupos no poder e nem a existência da oposição. Desse modo, já no governo Castelo Branco, que propunha a ‘institucionalização’ da Revolução, havia a direita do governo o exército anticomunista e fora do núcleo do poder atuava a oposição, representada pelo MDB. No governo Costa e Silva mantém-se o mesmo quadro de ação com o exército atuando corporativamente e ocupando crescentemente o controle do Estado. Origina-se, assim, um modelo de dominação burocrático-militar que assentava-se em bases economicamente dinâmicas.

Com isso, vários setores sociais (militares, setores empresariais, segmentos das classes médias tecnocráticas e ascendentes) passaram a acreditar que o autoritarismo era condição crucial para o desenvolvimento econômico, reforçando a idéia de Cardoso de que o Regime procurava legitimar-se baseado em seus êxitos econômicos. A essa ideologia contrapunha-se a oposição representada, dentre outros, por uma intelectualidade dentro da qual Cardoso, sendo uma grande expressão, considerará que os efeitos negativos desse regime viriam do conflito interno entre as classes e os grupos de poder. Este conflito seria um dos principais responsáveis pela implementação de uma via democrática no país, com o propósito de defender ideais básicos de liberdade, como a participação política.

Num plano geral, os artigos que compõem o livro tratam do que poderia se chamar de uma nova interpretação do Brasil, que pautada pela crítica às produções teóricas dos anos cinquenta e sessenta, traz à tona um novo campo de

análise metodológica para as ciências sócias, que naquele momento procuravam distanciar-se do nacional-desenvolvimento e das tradições leninistas.

## **REFERÊNCIAS**

CARDOSO, F. H. **O Modelo Político Brasileiro e outros ensaios**. 5ª edição. R.J.: DIFEL, 1993.

LAHUERTA, M. **Intelectuais e Transição: entre a política e a profissão**. S.P.: 271p. (Tese de doutorado em Ciência Política) – Universidade de São Paulo, 1999.

